

ECONOMIA

18 NOVEMBRO 2022 13:56



Susana Frexes

correspondente em Bruxelas



Miguel Prado

Jornalista

Limite ao preço do gás divide a Europa, com Portugal focado no prolongamento do mecanismo ibérico



Felix Cesare/Getty Images

O executivo comunitário continua a adiar a apresentação de uma proposta legislativa para travar o preço do gás e enviou aos Estados-membros mais um documento sobre como funcionaria um mecanismo de correção de preços. Mas os países permanecem divididos sobre esta matéria

A menos de uma semana de uma reunião de ministros da energia, não só não há sinais de consenso a 27 sobre o que mais fazer para travar as subidas dos preços do gás, como formalmente também não há ainda propostas legislativas da parte da Comissão que possam ser aprovadas. Bruxelas continua a evitar pôr em cima da mesa uma proposta de lei para limitar o preço do gás, por exemplo, através da adaptação para o resto da UE do mecanismo que já existe em Portugal e Espanha e que fixa um valor de referência para o custo do gás na produção de eletricidade. Isto, apesar da pressão de vários países e apesar de os líderes europeus, no último Conselho Europeu, terem pedido "urgentemente" à Comissão que estudasse e apresentasse propostas para essa possibilidade e também para um corredor de preços dinâmico e temporário para as transações de gás natural.

Esperava-se que esta semana pudesse já haver propostas legislativas em cima da mesa, mas o executivo de Ursula von der Leyen voltou a adiar e optou por fazer circular pelas várias capitais um documento de trabalho (*non paper*) em que explica como funcionaria um mecanismo de correção de preços (o tal corredor dinâmico), dando mais detalhes sobre algo que anunciou há já um mês.

Mas o documento não convence a maioria dos responsáveis dos Estados-membros e as divisões mantêm-se entre os países que querem ir ainda mais longe na imposição de limites ao preço a

que o gás que é comprado pela UE - casos de Itália, Bélgica, Grécia e Polónia - e os que não querem de todo ir por aí, argumentando que isso poderia criar um problema de abastecimento - casos da Alemanha, Dinamarca, Áustria, Países Baixos e Hungria. A clivagem é tal que os dois grupos já começam a ser apelidados na bolha de Bruxelas de os "quatro fanáticos" e os "cinco prudentes".

De acordo com fonte diplomática, existe depois "uma maioria silenciosa" que oscila entre os dois primeiros grupos. Por exemplo, Espanha estará mais com o primeiro grupo, e Finlândia e Irlanda com o segundo. Outra fonte dá conta da impaciência de vários países pela proposta legislativa que não chega.

Aliás, mais de uma dezena de Estados-membros querem ver todo este assunto tratado e aprovado em pacote, de modo a englobar também outras medidas, como a aquisição conjunta de gás - sobre a qual há maior consenso - e medidas de solidariedade energética em caso de perturbações no aprovisionamento de gás a nível nacional.

PORTUGAL QUER PODER PROLONGAR MECANISMO IBÉRICO

Quanto a Portugal, e ao que o **Expresso** apurou, o Governo está sobretudo focado em defender o chamado mecanismo ibérico e em garantir que o que vier a ser aprovado o nível europeu não põe em causa uma eventual prolongação do que existe atualmente para Portugal e Espanha.

"O nosso interesse nesta discussão é continuar a chamar a atenção para o benefício do mecanismo ibérico, que deve ser salvaguardado", afirma fonte do Governo. O mecanismo entrou em junho por um período de um ano, e será precisa nova autorização europeia caso os preços se mantenham elevados e seja preciso prolongá-lo. "Temos ideia de que chegado a maio, podemos ter de prolongá-lo", admite a mesma fonte.

Quanto ao mecanismo de correção de preços, o documento de trabalho da Comissão está a ser

avaliado por Lisboa. O país não é contra, mas quer analisá-lo melhor, ainda que pelo desenho atual não substitua nem ponha em causa o mecanismo ibérico.

COMO FUNCIONARIA O MECANISMO DE CORREÇÃO DE PREÇOS?

O mecanismo que está a ser desenhado pela Comissão Europeia passa por criar um preço máximo para os contratos de gás da plataforma TTF (Title Transfer Facility) para o mês seguinte, já que esses contratos são uma referência para boa parte do mercado grossista de gás natural na União Europeia.

Esse limite, que se aplica apenas aos contratos para o mês seguinte e não ao mercado diário e intradiário, poderá ser revisto todos os meses e será ativado de forma automática sempre que se cumpram, simultaneamente, duas situações: que os contratos mensais do TTF ultrapassem um determinado preço (para já ainda não definido pelos serviços da Comissão) durante um certo número de semanas (também por definir) e, ao mesmo tempo, que haja uma diferença de um certo valor (em euros por megawatt hora, também ainda por fixar) entre o preço diário dos contratos TTF e o de um cabaz de preços internacionais de gás natural liquefeito, durante um número de dias a definir.

Este mecanismo será automático, sem necessidade de intervenção política para a sua ativação, podendo ser cancelado se a Comissão constatar que ele está a provocar distorções indesejadas no mercado de gás que perturbem a segurança de abastecimento.

Está previsto, na versão em estudo da proposta da Comissão, que o mecanismo tenha a duração máxima de um ano. Mas essa versão admite que este instrumento acarreta alguns riscos e desvantagens, entre os quais o de que parte das transações de gás natural na Europa migre para soluções de contratação bilateral à margem da plataforma TTF.

O mecanismo poderá ter impacto nos maiores mercados de gás da União Europeia, mas deverá ter um impacto limitado na Península Ibérica, não só porque Portugal e Espanha têm as suas próprias referências de preço, no Mibgás, como pelo facto de muitas das empresas de energia dos dois países operarem com contratos mais ligados aos preços do índice norte-americano Henry Hub.

AS DÚVIDAS DOS NÓRDICOS

Os países que mais dúvidas levantam sobre o mecanismo de correção de preços - Alemanha, Países Baixos, Hungria e Dinamarca - consideram que o documento da Comissão "deixa muitas questões por responder", desde logo faltam os números, algo que fonte diplomática considera "dramático, face ao impacto" que isso tem no funcionamento do instrumento.

"Por exemplo, quão alto deve ser o preço máximo? Deixar isto em aberto para ser decidido pelos Estados-membros, com base em preferências políticas, seria o mesmo que escolher um preço através da tombola do Bingo", diz a mesma fonte.

Outra fonte considera que a proposta não salvaguarda todos os problemas levantados durante o Conselho Europeu de líderes. Nas conclusões dos 27 chefes de Estado e de Governo, foi pedido um "corredor dinâmico de preços" e para os países mais reticentes, o mecanismo que a Comissão está a propor "não é dinâmico", mas aponta para "um preço fixo".

São muitas as questões em aberto, quando os ministros da Energia (e Ambiente no caso de Portugal) estão em contagem decrescente para a reunião de 24 de novembro. O que esperam é que até lá a Comissão ponha algo concreto em cima da mesa.